



T.A. N.º 062/2017

CT. N.º 007/2012

CT. SIAD N.º 5056

**VIGÉSIMO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA ESPARTA SEGURANÇA LTDA., NA FORMA AJUSTADA.**

O **Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça**, com sede na Av. Álvares Cabral, n.º 1.690, CEP: 30.170-008, bairro Santo Agostinho, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.971.057/0001-45, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo, Doutor **Heleno Rosa Portes**, doravante denominada **Contratante**, e a empresa **Esparta Segurança Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.162.435/0001-42, com sede na Rua Padre Eustáquio, n.º 635, bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte/MG, CEP: 30.710-580, neste ato representada pelo Senhor **Edson Martins de Almeida**, CPF n.º 068.223.391-91 e RG n.º 250.954 – SSP/DF, doravante denominada **Contratada**, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, nos termos da Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.1993, e suas alterações, conforme Edital do Processo Licitatório n.º 090/2011, Pregão Eletrônico n.º 083/2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto**

Constituem objetos do presente Termo Aditivo ao Contrato inicial, cujo objeto deste consiste na “prestação de serviços de vigilância armada, de forma contínua, com fornecimento de uniformes e equipamentos, em Belo Horizonte e no interior de Minas Gerais”:

- a) a repactuação de preços 2017, retroativa a 1º/01/2017;
- b) a alteração do RAT – Risco Ambiental do Trabalho (item G do Módulo 4.1 do subanexo IV – Memória de cálculo dos custos de contratação, com reflexo no subanexo V), cujo valor para 2017 é de 3,02%, retroativa a 1º/01/2017;
- c) o reajuste do item Uniformes (Subanexo VI – Planilha de estimativa de uniformes, com reflexo no Módulo 3, item A, do subanexo IV; e V), que passou de R\$ 25,17 para R\$ 26,75, conforme índice IPCA de 6,29%, apurado no período de janeiro/2016 a dezembro/2016, retroativo a 28/01/2017;
- d) o reajuste do valor da tarifa de vale-transporte das cidades de: Contagem/MG, Governador Valadares/MG, Ipatinga/MG, Montes Claros/MG, Pouso Alegre/MG, Varginha/MG e Uberaba/MG – a partir de 1º/01/2017; e Belo Horizonte/MG – a partir de 03/01/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da repactuação de preços**

Fica estabelecida a repactuação de preços, pela necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do art. 40, inciso XI, da Lei Federal n.º 8.666/93, retroativa a 1º/01/2017.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Do reequilíbrio econômico-financeiro**

Fica estabelecido o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, em virtude de:

- a) Alteração do RAT – Risco Ambiental do Trabalho (item G do Módulo 4.1 do subanexo IV – Memória de cálculo dos custos de contratação, com reflexo no

7 9 12



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

subanexo V), cujo valor para 2017 é de 3,02%, retroativa a **1º/01/2017**.

- b) Reajuste do item Uniformes (Subanexo VI – Planilha de estimativa de uniformes, com reflexo no Módulo 3, item A, do subanexo IV; e V), que passou de R\$ 25,17 para R\$ 26,75, conforme índice IPCA de 6,29%, apurado no período de janeiro/2016 a dezembro/2016, retroativo a **28/01/2017**.
- c) Reajuste do valor da tarifa do vale-transporte das seguintes localidades:
- Contagem/MG: de R\$ 3,70 para R\$ 4,05, conforme Decreto n.º 1.089, de 30/12/2016, **retroativo a 1º/01/2017**;
  - Governador Valadares/MG: de R\$ 2,20 para R\$ 3,30, conforme Decreto n.º 10.340, de 27/01/2016, **retroativo a 1º/01/2017**;
  - Ipatinga/MG: de R\$ 2,85 para R\$ 3,80, conforme Decreto n.º 8.504, de 16/12/2016, **retroativo a 1º/01/2017**;
  - Montes Claros/MG: de R\$ 2,40 para R\$ 2,60, conforme Decreto n.º 3.424, de 04/08/2016, **retroativo a 1º/01/2017**;
  - Pouso Alegre/MG: de R\$ 2,75 para R\$ 3,20, conforme Decreto n.º 4.618, de 28/11/2016, **retroativo a 1º/01/2017**;
  - Varginha/MG: de R\$ 3,00 para R\$ 3,30, conforme Decreto n.º 7.736, de 25/05/2016, **retroativo a 1º/01/2017**;
  - Uberaba/MG: de R\$ 2,90 para R\$ 3,80, conforme Decreto n.º 6.533, de 29/12/2016, **retroativo a 1º/01/2017**;
  - Belo Horizonte/MG: de R\$ 2,65/3,70 para R\$ 2,85/4,05, conforme Portaria BHTRANS DPR n.º 135, de 28/12/2016, **retroativo a 03/01/2017**.

**CLÁUSULA QUARTA – Do valor mensal**

O valor mensal estimado dos serviços, em virtude da repactuação de preços, da alteração do RAT e dos reajustes do item Uniformes e do valor das tarifas de vale-transporte, passa a ser de R\$ 500.526,02 (quinhentos mil, quinhentos e vinte e seis reais e dois centavos), para o período de 01/01/2017 a 27/01/2017, e R\$ 500.694,99 (quinhentos mil, seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos), a partir de 28/01/2017.

**CLÁUSULA QUINTA – Do valor global e da dotação orçamentária**

Adiciona-se ao valor global estimado do Contrato inicial atualizado, em virtude da repactuação de preços, da alteração do RAT e dos reajustes do item Uniformes e do valor das tarifas de vale-transporte, a importância de R\$ 219.458,91 (duzentos e dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos), à conta da dotação orçamentária n.º 1091.03.122.701.2.009.0001.3.3.90.37-02 Fonte 10.1 e suas equivalentes nos exercícios seguintes.

**CLÁUSULA SEXTA – Da garantia de execução contratual**

Em virtude da repactuação e das alterações e reajustes a que aludem as cláusulas segunda e terceira do presente Termo, deverá ser reforçada a garantia contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor acrescido, na modalidade seguro-garantia, correspondente ao valor de R\$ 10.972,95 (dez mil, novecentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos), de forma a totalizar uma garantia de R\$ 151.630,38





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

(cento e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta reais e trinta e oito centavos).

**CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência**

O presente Termo Aditivo iniciará sua vigência a contar da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA OITAVA – Da publicação**

Este Instrumento será publicado pela **Contratante** no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA – Da continuidade contratual**

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as cláusulas e condições do Contrato inicial e seus respectivos Aditivos naquilo em que não conflitarem com este Instrumento.

Assim ajustadas, as partes celebram o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2017.

**Contratante:**

**Heleno Rosa Portes**  
**Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo**

**Contratada:**

**Edson Martins de Almeida**

ESPARTA SEGURANÇA LTDA  
*Edson Martins de Almeida*  
Gerente Comercial  
RG: 250954 SSP/DF CPF: 000.223.391-91

**Testemunhas:**

1)

*Valdénia Silva Melo*  
Valdénia Silva Melo  
MAMP: 1772

2)

*Gisele Pereira de Oliveira*  
Gisele Pereira de Oliveira  
Assistente Comercial I  
CPF: 001.244.011-63  
RG: 2.127.647 SSP/DF

